

iberografias

33

# LUGARES E TERRITÓRIOS

PATRIMÓNIO, TURISMO SUSTENTÁVEL,  
COESÃO TERRITORIAL

COORDENAÇÃO DE  
RUI JACINTO



*Âncora*  
editora

IBEROGRAFIAS

33



# LUGARES E TERRITÓRIOS:

## PATRIMÓNIO, TURISMO SUSTENTÁVEL, COESÃO TERRITORIAL

Coordenação de  
Rui Jacinto

IBEROGRAFIAS

33

Colecção Iberografias  
Volume 33

Título: Lugares e territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial

Coordenação: Rui Jacinto

Autores: Adrielson Furtado Almeida, Agostinho da Silva, António Avelino Batista Vieira, Antonio Cordeiro Feitosa, Conceição Malveira Diógenes, Daniela Maria Vaz Daniel, Fernando Baptista Pereira, Fernando Manuel Videira dos Santos, Helena Santana, Hélio Mário de Araújo, Joana Capela de Campos, João Albino M. da Silva, José Sampaio De Mattos Júnior, Lillian Maria de Mesquita Alexandre, Messias Modesto dos Passos, Paulo Espínola, Pedro de Alcântara Bittencourt César, Pedro Javier Cruz Sánchez, Pedro Tavares, Renato Emanuel Silva, Rita de Cássia Lana, Ronaldo Barros Sodré, Rosário Santana, Rui Jacinto, Samuel de Jesus Oliveira Maciel, Sílvio Carlos Rodrigues, Sofia Salema, Tiago Fernandes Teotónio Pereira, Vanessa Alexandra Pereira, Vicente Zapata, Vítor Murtinho, Willian Morais Antunes de Sousa

Pré-impressão: Âncora Editora

Capa: João Guerreiro | Âncora Editora

Impressão e acabamento: LOCAPE - ARTES GRÁFICAS, LDA.

1.ª edição: Abril 2018  
Depósito legal n.º 440195/18

ISBN: 978 972 780 643 0  
ISBN: 978-989-8676-15-3

Edição n.º 41033

Centro de Estudos Ibéricos  
Rua Soeiro Viegas n.º 8  
6300-758 Guarda  
cei@cei.pt  
www.cei.pt

Âncora Editora  
Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.  
1350-179 Lisboa  
ancora.editora@ancora-editora.pt  
www.ancora-editora.pt  
www.facebook.com/ancoraeditora

O Centro de Estudos Ibéricos respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas.

A opção ou não pelas regras do novo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

---

## Apoios:



**Interreg**  
Espanña - Portugal



UNIÓN EUROPEA  
UNIÃO EUROPEIA

Fondo Europeo de Desarrollo Regional  
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Lugares e territórios: património, turismo sustentável, coesão territorial Rui Jacinto	7
<b>RECURSOS DO TERRITÓRIO: PAISAGENS E PATRIMÓNIOS</b>	
Paisagem urbana histórica, a Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra Joana Capela de Campos; Vítor Murfinho	19
A Fundação do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra. Propagandística política, tratadística arquitectónica e engenharia militar entre a Dinastia Filipina e a Dinastia de Bragança Pedro Tavares; Sofia Salema; Fernando Baptista Pereira	43
Alcalá de Henares e Coimbra, Universidades Património Mundial: responsabilidade e compromisso de futuro em dois contextos ibéricos Joana Capela de Campos; Vítor Murfinho	57
De floresta a fábrica, de fazenda a floresta: paisagem cultural e desafios à preservação da memória no interior do Brasil Rita de Cássia Lana	79
A alteração da paisagem na Mina de São Domingos como problema metodológico: a valorização do seu património para um turismo industrial insustentável Vanessa Alexandra Pereira	93
La Memoria del Paisaje. Marcas Sagradas en el paisaje simbólico de la región Duero-Douro Pedro Javier Cruz Sánchez	107
<b>PATRIMÓNIOS IMATERIAIS E TURISMO</b>	
A Flauta de Tamborileiro na raia portuguesa: meio e estratégia de desenvolvimento social e cultural Rosário Santana; Helena Santana	129
Itinerários literários: Leituras e leitores de Camilo Castelo Branco, em particular, Agustina Bessa-Luís Daniela Maria Vaz Daniel	149
Quatro cartas de Hermès Willian Morais Antunes de Sousa	169
Natureza e património de valor turístico do território de Icatu, Estado do Maranhão: possibilidades de uso ambiental sustentável Antonio Cordeiro Feitosa	175

Amazônia Atlântica: Patrimônio Natural versus Turismo Balnear Adrielson Furtado Almeida	197
Turismo de base comunitária: vivências dos discentes do IFCE no território Cearense Conceição Malveira Diógenes; Pedro de Alcântara Bittencourt César	209
Singularidades no litoral sul de Sergipe/bra e litoral do Algarve/pt: turismo, cultura e políticas públicas Lillian Maria de Mesquita Alexandre, Hélio Mário de Araújo, João Albino M da Silva	225
<b>DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS EM DIFERENTES CONTEXTOS TERRITORIAIS</b>	
O GTP aplicado ao estudo da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Santo Antônio/ Sudoeste do Estado de São Paulo - Brasil Messias Modesto dos Passos	245
Canais de levada e regos d'água: contribuições portuguesas para uma outra abordagem brasileira Renato Emanuel Silva; Sílvio Carlos Rodrigues; Antônio Avelino Batista Vieira	261
Um território, uma raça, um patrimônio genético: a "Região" do Jarmelo e a Vaca Jarmelista Agostinho da Silva	275
Os movimentos migratórios e o encontro de culturas em microterritórios insulares lusófonos: a diversidade da imigração nas pequenas ilhas dos Açores Paulo Espínola; Vicente Zapata	287
Perfil dos Alunos que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico nas Escolas do Distrito da Guarda Fernando Manuel Videira dos Santos	301
Qualí(ficar) o caminho Tiago Fernandes Teotónio Pereira	325
Contradições e Possibilidades nos Conflitos por Terra: o Caso do Maranhão José Sampaio De Mattos Júnior; Ronaldo Barros Sodré; Samuel de Jesus Oliveira Maciel	333

# Paisagem urbana histórica, A Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra

Joana Capela de Campos

Universidade de Coimbra (DARQ – FCT, UC)

Vítor Murtinho

Universidade de Coimbra (DARQ – FCT, CES, UC)

## Introdução

Numa altura em que o território europeu atravessa algumas ameaças, com base na violência de guerrilha e de terror, que visam colocar em causa os princípios de dignidade, de liberdade e de segurança do cidadão europeu – mas em geral e por extensão do Ser Humano – e também, para assinalar os cem anos sobre o fim da Primeira Grande Guerra, o Conselho Europeu assume uma posição bastante clara, ao estabelecer o período de 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural. Também em 2018, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) comemora os quarenta anos das primeiras inscrições na LPM. Num tempo de incertezas quanto ao futuro, uma certeza devemos ter: através do património cultural podem ser estabelecidos os discursos de paz e, por isso, qualquer comemoração de cultura é uma afirmação positiva sobre o futuro da e na humanidade.

O papel do património cultural sai mais reforçado, para se afirmar como um recurso no desenvolvimento de uma comunidade global de paz, construindo e reconstruindo pontes de diálogo que promovam a tolerância e a diversidade dos patrimónios do mundo e, assim, promover relações interculturais. Seguindo a mesma lógica e, por consequência, a proteção e a salvaguarda do património também saem reforçadas, como um eixo estratégico fundamental para o desenvolvimento das comunidades e dos seus territórios.

No entanto, o património cultural é um recurso não renovável, levando a que o tema da sua sustentabilidade assuma algum relevo nas práticas de investigação e nos estudos que vão sendo desenvolvidos a nível global, com mais evidência nas últimas décadas,



nomeadamente, ao nível do PM, tendo em conta a sua gestão e o seu planeamento para futuro.

A inscrição de um bem na LPM, ou qualquer outra classificação patrimonial, implica algumas transformações para o desenvolvimento do seu contexto urbano. Por um lado, na sua vertente material, pelas condições consequentes dessa distinção internacional, com a introdução de políticas e dinâmicas de proteção e salvaguarda do património, dentro do perímetro classificado, mas também na sua área de influência urbana adjacente, que também vai absorver essas dinâmicas de intervenção, sobretudo, pela reabilitação dos seus espaços públicos e privados, assumindo uma contaminação positiva da atribuição do título. Por outro lado, também devem ser tidas em conta, as transformações decorrentes de um título PM, nomeadamente, na vertente imaterial do seu contexto urbano, ou seja, nas práticas e nos usos das dinâmicas socioculturais, que se verificam e manifestam no domínio do contexto urbano material, uma vez que, essa distinção internacional assume contornos de mediatização global, na promoção desses espaços, que passam a ser procurados por um número crescente de pessoas.

Mas muitas vezes, a atribuição de um título pode induzir a uma criogenização do espaço urbano e monumental, sem se considerar, que o valor patrimonial está sujeito a uma evolução, porque é parte integrante de um sistema dinâmico. Essa postura assente na criogenização desses espaços demonstra o entendimento a que está sujeita qualquer área patrimonial – que se deve demarcar com um limite claro e estático, dentro do resto do seu contexto urbano – e, por isso, o princípio da proteção e da salvaguarda do património é entendido como contrário ao desenvolvimento urbano.

Para rebater essa postura, têm contribuído algumas organizações e instituições internacionais, como a UNESCO, através dos seus Centro e Comité do PM, com os seus consultores – o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais de Roma (ICCROM) e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) – e ainda, alguns parceiros, como o Conselho Europeu, que tendo em conta a evolução do pensamento sobre a proteção e a salvaguarda do património, têm sobressaído pela produção de textos e recomendações que promovem a gestão patrimonial de modo integrado numa gestão para o desenvolvimento urbano sustentável.

Uma das propostas mais recentes para se considerar a problemática em torno da sustentabilidade e da gestão integrada, no âmbito do património cultural em contexto urbano, surge a partir da Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica (PUH) da UNESCO, de 2011.

Numa primeira instância foi um instrumento político para a necessidade de uma resposta aos acontecimentos e pressões de desenvolvimento a que as cidades estavam sujeitas na transição do milénio. Esta Recomendação da UNESCO caracteriza-se por promover uma

abordagem multidisciplinar da gestão dos recursos urbanos, assentes no património, sobre uma plataforma de conjugação de vários *layers* multifuncionais, através da PUH, entendida como uma escrita da relação e da ação do ser humano com/sobre o seu meio ambiente.

A expectativa criada em torno desta abordagem é grande por ser considerado que, a PUH é capaz de ser um conceito operativo para traduzir o enquadramento das dinâmicas socioculturais num sistema abrangente territorial, que evolui ao longo do tempo. De certa forma, a promoção para uma integridade dinâmica é a grande mais-valia que a PUH introduz na abordagem da gestão e planeamento do património em espaço urbano, ao considerar, em simultâneo, o binómio relações-ações verificadas entre a população e o território, tendo em conta o seu desenvolvimento integrado e sustentável. Talvez por acolher os novos modos de vida, característicos de uma sociedade contemporânea, como parte da dinâmica da complexidade que os espaços urbanos enfrentam hoje, que a abordagem da PUH possa ser extrapolada para outros contextos, como uma forma mais operativa de gerir e planear o espaço urbano, em geral.

## A Paisagem Urbana Histórica, uma perspetiva histórica

A diversidade sempre foi uma realidade inerente à multiculturalidade das comunidades do mundo. Mas a sua consciencialização e o seu reconhecimento tendem a ser, só há poucas décadas estabilizados, de modo oficial, na tentativa global de democratização do património de e para todos, no âmbito do PM.

As primeiras inscrições na Lista do Património Mundial (LPM), de acordo com as disposições expressas na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (CPM1972), assinalam o quadragésimo aniversário, em 2018. Mas logo na primeira década de inscrição de bens com Valor Universal Excepcional (VUE) na Lista, o Comité do PM demonstrou algumas preocupações na sua capacidade em ser um inventário representativo, equilibrado e credível da diversidade cultural existente em todo o mundo (Capela de Campos & Murtinho, 2017b).

Para tal, foi realizado um estudo pelo ICOMOS, entre 1987 e 1993, no sentido de se analisar e avaliar os resultados da LPM até então. Consequentemente, o objetivo visava propor ajustes, correções das metodologias e das dinâmicas correntes nos processos de inscrição de bens na LPM, para além de se ter em vista a adoção de uma Estratégia Global, no futuro (pelo Comité do PM), precisamente, numa tentativa de tornar a LPM mais representativa, equilibrada e credível (WHC, 1994).

No relatório final do estudo, apresentado em 1994, o ICOMOS referia, que a pobreza de resultados da LPM sobre a diversidade das manifestações culturais das comunidades/sociedades, em muito, se devia à divisão simplista do património entre cultural e natural.

Além disso, o relatório também alertava para o facto de não estar a ser considerado que, em muitas comunidades/sociedades, a paisagem, ou criada ou habitada pelos seres humanos, era uma representação dos modos de vida das comunidades que nela viviam e que, por isso, também deveria ser considerada com valor cultural.

A noção de património passava a centrar-se no contexto social do ser humano, com todas as suas complexidades e representações estabelecidas no espaço físico que o suportava. O relatório do ICOMOS alertava para que todas as manifestações, desde a arquitetura, a história, a arte, a arqueologia, as tradições, os usos e os costumes, das manifestações sociais em geral, que eram mantidas ao longo do tempo por uma comunidade eram, também, representativas da relação recíproca entre a comunidade e o espaço por ela habitado, que se manifestava no seu *ambiente físico e não-físico*.

Tendo em conta a evolução teórica que colocava a paisagem como produto cultural, desde 1984<sup>1</sup>, com estas observações, este documento do ICOMOS pode ter sido um dos primeiros, no contexto do PM, a reclamar o reconhecimento destas manifestações enquanto resultados de processos culturais e, portanto, sujeitos a uma condição de transformação e de mudança, inerente a um processo evolutivo. A maioria dos bens na LPM era património cultural em contexto urbano<sup>2</sup>, o que colocava pertinência na questão relativa à sua futura gestão e manutenção, tendo em conta o próprio desenvolvimento urbano, que ia ganhando dinamismo através de vários setores económicos (Sonkoly, 2012).

Já desde 1962 que a UNESCO vinha exprimindo, através da *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, algumas preocupações quanto à proteção e salvaguarda destes patrimónios sujeitos a transformações com uma grande componente irreversível, pois, uma das características que definia o tempo pós-II Grande Guerra era a transição acelerada, que estaria patente na vida quotidiana e na cidade (Doxiadis, 1965). Apesar de considerar que a salvaguarda das paisagens e dos sítios era essencial e necessária, tanto para a saúde e vida sociocultural dos seres humanos – que eram influenciados pelo ambiente físico – como para a sua própria riqueza – enquanto suportes de atividades

<sup>1</sup> No campo disciplinar da geografia, em 1984, Denis Cosgrove já defendia a paisagem como *produto cultural* (Cosgrove, 1998, 2002) e Augustin Berque assumia a paisagem na dualidade, *marca e matriz*, das ações do ser humano sobre o território (Berque, 1998). No início dos anos 90, no campo disciplinar da teoria da arquitetura da paisagem, Elizabeth Meyer e James Corner enfatizavam a ligação profunda entre a teoria crítica e o contexto social e político, no qual aquela era feita e usada, sendo que, esta ligação, enquanto mediação e reconciliação da paisagem com outras ideias culturais, fazia parte da própria sociedade, tendo em conta a evolução histórica dos processos e experiências relacionais entre a sociedade-paisagem e o seu papel ativo numa agenda político-social (Corner, 2002a, 2002b; Meyer, 2002; Swaffield, 2002).

<sup>2</sup> Em 1994, a LPM contava com 439 bens inscritos, sendo 326 culturais, 94 naturais e 19 mistos; 93 dos bens eram inscritos na categoria cidade. Ou seja, 74.26% de bens inscritos eram património cultural e, 28.53% desse património cultural eram cidades históricas. Ou seja, um número considerável dos bens inscritos (21.18%) pertencia à categoria cidades históricas, sem considerar as áreas e os monumentos urbanos que eram inscritos como património cultural, mas não estariam considerados na categoria cidade.

económicas – a UNESCO reconhecia, todavia, que as paisagens e os sítios estavam sujeitos a um rápido desenvolvimento e progresso tecnológico, sobretudo os urbanos, devido à especulação do uso de solo para investimentos imobiliários, colocando em causa o seu aspeto e o seu carisma. Por esse motivo, os gestores e os decisores das políticas da cidade e do território deveriam assumir medidas de salvaguarda, não só para as paisagens e sítios, mas para a generalidade do território, de modo a prevenir e a corrigir alguma ação que prejudicasse ou destruísse a sua imagem (Lynch, 1989), beleza e carácter, enquanto valores reconhecidos.

Deste modo, o planeamento urbano e a supervisão deveriam ser entendidos como medidas de salvaguarda, bem como o zonamento, que poderia escalonar as áreas mais sensíveis e suscetíveis a interferências externas, se tivessem sido definidas e estipuladas normas de controlo e de fiscalização que conseguissem impedir, ou pelo menos, minimizar as interferências prejudiciais ao conjunto em causa.

No entanto, desde 1976 que a UNESCO, através da *Recomendação sobre a salvaguarda e o papel contemporâneo das áreas históricas* (Carta de Nairobi), também estimulava o desenvolvimento urbano, de forma sustentável, equilibrada e em consonância com os modos de vida da sociedade contemporânea, uma vez que o espaço físico enquanto suporte de vida, deveria corresponder às necessidades demonstradas em cada momento. Para isso, as áreas históricas e o seu contexto adjacente deveriam ser considerados como um todo, como refere a *Recomendação*. Logo, o planeamento e a gestão dessas áreas históricas, também deveriam ser coerentes numa perspetiva abrangente, assumindo a fusão das especificidades, diversidades e variações territoriais – ou pelas atividades humanas, ou pela topografia, ou pela organização espacial, ou pelos espaços construídos, ou pelas suas marcações visuais – de modo equilibrado, não assumindo o todo como uma soma de partes, sob pena de se introduzir fronteiras e limites espaciais, mesmo que invisíveis, dentro do território.

Desde o primeiro instrumento de orientações operativas e técnicas para a implementação da CPM1972, de 1977<sup>3</sup> que, nas candidaturas de bens à inscrição na LPM, eram solicitados detalhes de medidas de proteção administrativas e legais, diagnósticos do estado de preservação e conservação dos bens, a propriedade e a responsabilidade sobre o bem (nacional, regional ou local), planos de gestão ou propostas para desenvolver esses planos ou, ainda, planos diretores locais e regionais de desenvolvimento urbano.

A partir de 1984, para além dos detalhes já existentes acrescia a solicitação de uma previsão de medidas e contraordenações, para cenários de alteração do contexto urbano adjacente ao bem proposto, nomeadamente, na altura e no volume das construções. Complementarmente, também eram solicitados elementos visuais, por levantamento fotográfico, que evidenciassem, especificamente: a vista aérea sobre o bem proposto e o seu

<sup>3</sup> O primeiro rascunho de trabalho do documento das *Operational Guidelines* é datado de 30/06/1977 e a primeira versão oficial do texto data de 20/10/1977. Cf. (Capela de Campos & Murtinho, 2017b).

contexto; a vista dos monumentos dentro da área proposta; e, várias vistas panorâmicas com diferentes ângulos de visão, desde o perímetro externo do bem, para avaliar a *skyline*, e o seu contrário. Ou seja, vistas panorâmicas que pudessem mostrar a paisagem urbana do bem e do seu contexto, a partir e para além dos seus limites.

A partir de 1997, todas estas informações sobre o bem candidato passavam a ser obrigatórias, apresentando uma estrutura específica, que ia sendo cada vez mais detalhada, com a sua identificação, a sua descrição, a sua gestão, os fatores que afetam o bem, a sua monitorização, bem como, outras documentações que sejam relevantes para informar e clarificar a pretensão (Capela de Campos & Murtinho, 2017b). Deste modo, ao nível das candidaturas de inscrição na LPM, o escalonamento do nível de preocupação sobre a relação entre o património e o seu contexto urbano, ia sendo mais exigente e específico, ao longo dos anos, uma vez que se verificava uma pressão crescente nos processos de desenvolvimento local e regional, para atingir os padrões de globalização económico-financeira.

As paisagens urbanas, enquanto registos dos usos e das impressões das suas populações ao longo dos tempos, não tinham sofrido grande impacto, até às décadas finais do século xx, mantendo as características morfológicas das cidades, no geral, com poucas variações (Conzen, 2004). Estas premissas eram verificadas, principalmente, nos seus espaços urbanos antigos e, por isso, estes espaços, comumente denominados *Centros Históricos*, evidenciavam o processo histórico das transformações que iam sendo realizadas, por necessidade, em cada contemporaneidade, mas de modo a não alterar a paisagem urbana do contexto territorial, deixando visíveis os estratos de intervenções de todas as épocas como um *palimpsesto* (Corboz, 1983). À paisagem urbana pode ser atribuído, assim, um valor de autenticidade representativa da evolução à qual havia sido sujeita.

No entanto, a partir dos anos 80, era sobre as cidades que estes impactes se verificavam com mais intensidade, principalmente, pelo setor da construção, que conhecia períodos de forte ascensão, com produção de muita riqueza, sendo assumido como uma alavanca da economia global, alterando o paradigma do planeamento urbano (Sonkoly, 2011). Ainda assim, essa riqueza seria feita à custa de valores essencialmente sociais e culturais, o que seria prejudicial para as cidades e para os espaços urbanos: os centros antigos, com um forte cunho sociocultural, tinham sido abalados por fenómenos de abandono e de conseqüente gentrificação, bem como os próprios limites das cidades que tendiam a crescer. A transformação morfológica dos espaços urbanos e as suas dinâmicas, em geral, contribuía para a alteração da imagem e da configuração espacial das cidades, colocando a sua integridade visual em causa, com alterações da *skyline*.

As permanências que tinham sido referências identificadoras do lugar, ao longo dos séculos, estavam em risco de serem transformadas ou destruídas, sob a perspectiva de uma modernização *high-tech* do espaço da cidade. Além disso, essas transformações também eram assimiladas pelas

populações que atuavam nesses espaços e lugares urbanos. Transformava-se o lugar, transformava-se a população, pois «o lugar é considerado o suporte essencial da identidade cultural, (...) que ancora a pessoa humana (...) na sua geográficidade» (Le Bossé, 2013, p. 225).

A UNESCO e o PM entendiam que estas transformações das cidades, dos seus espaços e lugares urbanos, trariam consequências irreversíveis, sobretudo para as cidades com um maior cunho sociocultural e para aquelas que já estavam inscritas na LPM (Cameron, 2008; UNESCO, 2009), se não fossem adotadas medidas de contenção, salvaguarda e proteção. Por norma, os bens e sítios PM eram (e são) espaços mais sensíveis e suscetíveis a sofrerem maiores danos materiais quando as ações de proteção e de salvaguarda tendiam a falhar, em grande parte, devido à falta de eficácia ou de eficiência na prevenção, sobretudo nos seus processos de planeamento e planos de gestão, quando não eram devidamente equacionados ou quando não lhes era dada a devida importância.

Todavia, a transição do milénio conhecia aquele caso que alterava o modo de se encarar e confrontar os processos de desenvolvimento urbano, que faziam pressão sobre as dinâmicas políticas de gestão das cidades e que, por isso, se tornava paradigmático: o caso de Viena.

## A Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica

Em 2001, o Centro Histórico de Viena foi inscrito na LPM. Em simultâneo, a cidade precisava de reabilitar a sua plataforma intermodal de transportes urbanos e o local escolhido, para essa intervenção, era a antiga estação de comboios. Esse equipamento localizava-se dentro do limite estabelecido pela área de proteção do bem PM.

O projeto inicial consistia num aglomerado de edifícios em torre, com uma escala altimétrica e volumétrica bastante pronunciada e divergente do existente, alterando a paisagem urbana e a *skyline* da área classificada e, por consequência, da cidade. De tal forma, terá sido considerada grave essa possível intervenção, que em 2002, era considerada a hipótese de se retirar o Centro Histórico de Viena da LPM.

O projeto foi alterado e construiu-se o que existe hoje (*Wien-Mitte*). Porém, este caso terá atingido o limite daquilo que era aceitável pelo PM<sup>4</sup>, em relação às tensões existentes entre o desenvolvimento local e os processos de globalização, que estavam a acontecer, de modo transversal ao território urbano, sobretudo europeu, na transição do milénio. O caso de Viena vinha alertar para uma realidade que, apesar de não ser alheia ao PM, ganhava protagonismo nos debates internacionais sobre os centros urbanos e as cidades e criava impacto político nas suas dinâmicas de gestão e de desenvolvimento<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Desde 2017 que o Centro Histórico de Viena está inscrito na LPM em Perigo.

<sup>5</sup> Cf. (Rössler, 2015).

Em 2005 era adotado o *Memorando de Viena*<sup>6</sup>, uma reação direta ao processo de avaliações e negociações da ocorrência do caso concreto, que resultava de uma conferência internacional, promovida pela UNESCO, sob o tema *Património Mundial e Arquitetura Contemporânea*. Por princípio, o objetivo da conferência não passaria por banir qualquer intervenção na cidade existente, pois tal formulação iria contra os princípios já defendidos em recomendações, textos e cartas anteriores. De facto, o propósito da conferência passava por propor novas perspetivas sobre a abordagem às novas necessidades e aos novos programas tendo em conta o resultado da integração da arquitetura contemporânea na cidade existente. Paulatinamente, os pressupostos de proteção e salvaguarda do património iam sofrendo transformações perante a consciência da totalidade do sistema urbano, da sua complexidade e do seu dinamismo que estavam sujeitos a uma evolução contínua.

O PM tentava dar resposta à dificuldade verificada, quer na definição concetual quer nas práticas e metodologias, de modo que fosse traduzida a problemática associada e equacionada, a partir dos casos inscritos na LPM. Deste modo, seria a partir da conjugação e da mistura concetual e teórica com a prática, que era desenvolvido um conceito que se pretendia operativo – *paisagem urbana histórica* – e que se apresentava como uma abordagem aglutinadora de várias perspetivas e textos, desde a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios*, de 1962 até ao *Memorando de Viena* de 2005.

Se durante várias décadas, o PM tinha promovido investigação e debates internacionais, sobre conceitos e metodologias de atuação de proteção e salvaguarda para os sítios e bens com VUE, que eram o principal foco de preocupação, a partir do novo milénio, as preocupações do PM ganhavam outra dimensão e abrangência. O enquadramento e a integração do bem no seu contexto urbano passaria a ser uma premissa fundamental para garantir uma adequada metodologia de proteção e salvaguarda, na futura gestão do bem.

O PM empenhava-se no trabalho de promoção de planos de gestão e de planeamento integrado, no âmbito dos planeamentos locais e regionais, desde a sensibilização, a formação, a comunicação e a recomendação. Esta promoção passava pelo reconhecimento na falta de articulação entre as dinâmicas de gestão dos bens PM com a gestão e planeamento das suas áreas adjacentes, tanto ao nível físico, como ao nível sociocultural, como se fossem realidades distintas. Neste sentido, estas barreiras ou fronteiras invisíveis ainda podem subsistir, no modo como se enquadra a abordagem a esta realidade – que é só uma – num contexto territorial.

Em 2011, a UNESCO promovia a *Recomendação sobre a PUH*, que ganhava um estatuto de instrumento político, no enquadramento de uma gestão patrimonial integrada. Tornava-se essencial, por isso, esclarecer de modo exigente a definição concetual<sup>7</sup> desta

<sup>6</sup> O caso de Viena era o motivo da primeira conferência específica sobre o tema, dando origem ao *Vienna Memorandum* (WHC, 2005), considerado como a primeira tentativa de definição do conceito PUH. Cf. (Bandarin & Oers, 2012; Sonkoly, 2011; Veldpaus, 2015).

<sup>7</sup> Cf. (Jokilehto, 2010).

nova abordagem, sobretudo, devido às circunstâncias verificadas nos desenvolvimentos urbanos contemporâneos à transição do milénio, período em que as tensões entre o desenvolvimento local e os processos de globalização se intensificaram. Por ser um tema quase transversal ao contexto do desenvolvimento urbano europeu, o caso de Viena assumia contornos paradigmáticos, sendo reconhecida tanto a urgência como a necessidade de um debate específico sobre o tema e sobre as suas implicações e consequências no futuro.

A Recomendação define a PUH como sendo a área urbana entendida como resultado de sucessivos *layers* históricos de atributos e valores culturais e naturais, que para além da noção de *Centro Histórico* ou *conjunto*, se enquadram num contexto urbano mais alargado na sua condição geográfica<sup>8</sup>. Ou seja, o entendimento sobre a PUH é o reflexo da evolução histórica e da expansão concetual sobre o património cultural, codificado pelo desenvolvimento social, cultural e económico, que se manifesta, atua e surge nas dimensões material e imaterial do território, sendo representativo do estágio intelectual de cada contemporaneidade (Capela de Campos, 2017, p. 67; Oers & Roders, 2012; Sonkoly, 2011; UNESCO, 2011, pp. 50–55).

Desta forma, este resultado conferia uma identidade ao território, dotada de elementos e características inerentes a si próprio e à sua circunstância, dotando o território de uma singularidade distintiva de qualquer outra. Tal facto constituía essa identidade como uma *construção cultural* (Corrêa, 2013, p. 61), onde o espaço visado se transformava num lugar, no qual os seus habitantes (*insiders*) e todos os outros (*outsiders*) reconheciam essa sua singularidade, tanto funcional, como morfológica ou até simbólica (Relph, 2008).

Sob esta leitura, a PUH podia ser considerada como uma matriz cultural do território (Capela de Campos & Murtinho, 2017a). Uma matriz conferia o grau de unidade a um sistema, como um território, a partir da qual, se podem gerar, estabelecer, potenciar ou intensificar inter-relações entre os seus componentes e elementos. Apesar da complexidade de um território, uma leitura e análise da sua matriz cultural permitia verificar as inter-relações entre população-território e, conseqüentemente, estabelecer princípios que possibilitassem potenciar e promover ações para a sua identificação e para a sua apropriação pela população.

A promoção e o fortalecimento da inter-relação entre a população e o território potenciava uma base ao nível do conhecimento emocional<sup>9</sup>, para que a PUH se constituísse como uma plataforma interdisciplinar, onde é possível estabelecer correlações entre as

<sup>8</sup> A Recomendação sobre a PUH define-a como «the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of *historic centre* or *ensemble* to include the broader urban context and its geographical setting» (UNESCO, 2011, p. 52).

<sup>9</sup> A propósito de se fortalecerem os laços emocionais entre a população e o território, através de ações e práticas de «conhecer para compreender» (Capela de Campos & Murtinho, 2017a), verificava-se que «o património cultural não define identidades estáticas. É por ir incorporando e assumindo as novas realidades e os novos modos de uso, com base nas dinâmicas de reconhecimento e de apropriação, que são criados laços emotivos de pertença, entre as comunidades e os patrimónios, numa garantia de continuidade de utilização das máquinas de memória, quer no tempo presente, quer para o futuro» (Capela de Campos & Murtinho, 2017b, p. 147).



várias dinâmicas existentes nos *layers* que a compunham: tanto aqueles da sua vertente material – espaços construídos ou naturais – como os da sua vertente imaterial – usos, vivências, tradições e costumes – e, assim, contribuir com conteúdos pró-ativos para uma gestão sustentável do território. Este aspeto tornava-se relevante e pertinente pois conduzia a um objetivo de planeamento e de gestão integrada do património, numa escala urbana mais ampla e com perspetiva territorial, extrapolando claramente a própria área patrimonial. Ou seja, a abordagem da PUH permitia ter uma visão de planeamento e gestão mais inclusiva, quer ao nível do contexto urbano social, cultural, económico e ecológico, enfatizando que os processos de transformação e de desenvolvimento faziam parte integrante da evolução normal de um sistema urbano, ao longo do tempo (Veldpaus, 2015, pp. 48–49).

Seria por todas estas novas perspetivas centradas na melhoria da qualidade de vida das populações, que no futuro, no campo da gestão do património seja expectável que haja mais desenvolvimento ao nível de uma transformação de pensamento e de consciência sobre as dinâmicas e sinergias criadas pelos processos patrimoniais, que promova, consequentemente, uma transformação nas abordagens e nas metodologias de proteção e salvaguarda do património, do que propriamente sobre o património em si.

Tendo em conta estas considerações – e antecipando que o conhecimento teórico pode surgir de acontecimentos reais e de atuações e casos práticos –, considera-se que o caso da candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (UC-AS) à LPM, que ocorreu em simultâneo ao desenvolvimento do processo de definição da PUH e de toda a sua envolvimento, pode contribuir com algumas possibilidades de abordagem à avaliação e à monitorização dos processos de intervenção urbana, para uma gestão integrada das áreas patrimoniais no espaço urbano.

## Lusa Atenas, a matriz cultural do território de Coimbra

Durante muito tempo, a imagem urbana de Coimbra definida pela Alta e pela Baixa até à margem do rio Mondego (conformada entre a baixinha e o Jardim Botânico e, encimada pela plataforma de Minerva e a Torre da Universidade) e denominada como a *Lusa Atenas*<sup>10</sup> era a representação recorrente da paisagem urbana da cidade<sup>11</sup>. Sobre as águas do Mondego, a Lusa Atenas vinha sendo associada, inequivocamente, à Universidade e à própria cidade (Fig. 1). A paisagem urbana da colina da Alta assumia um papel central na representação,

<sup>10</sup> O epíteto que recorrentemente caracteriza Coimbra, Lusa Atenas, é de origem difusa, mas defende-se que, «se o conceito de Lusa-Atenas é quinhentista, o termo específico só se vulgarizou, no fim do século de oitocentos» (Dias, 2010, p. 3), havendo, inequivocamente, a «comparação de Coimbra com a mítica capital da Grécia, pátria de poetas, historiadores, filósofos» (Dias, 2010, p. 4).

<sup>11</sup> Até ao início do século xx, a representação da cidade fazia-se sobre a área compreendida entre o rio, a Baixa, a Alta e as ensanches oitocentistas implementadas na Quinta de Santa Cruz (Avenida Sá da Bandeira, Praça da República e Bairro Sousa Pinto) até ao Convento de Santa Ana e penitenciária, como se verifica na publicação *Spain and Portugal: Handbook for Travelers*, de 1908, publicado por Baedeker. Cf. (Macedo, 2006, p. 125).

com o casario a descer até ao rio e coroada com o complexo do Paço das Escolas, colégios e edifícios universitários, constituindo-se como uma constante no imaginário daqueles que a referiam, a cantavam, a pintavam, a representavam, vezes sem conta ao longo dos tempos. Uma identidade espacial criada, recriada e rememorada, ao longo dos séculos e que, também, seria representativa do interesse da sua população em cada contemporaneidade<sup>12</sup>.



Figura 1. Vista sobre a colina da Lusa Atenas, a partir da beira-rio e Estádio Universitário.  
Fotografia: Joana Capela de Campos.

Não é inconsequente que Coimbra se tenha constituído «um caso raro, senão mesmo único, do urbanismo português, em que no seu conjunto uma cidade se transformou numa estrutura mono-funcional, quase um equipamento por alguns séculos» (Rossa, 2001, p. 11). Pelo papel desempenhado pela Universidade na estabilização do contributo sócio-político-económico-cultural que tinha vindo a imprimir a Coimbra e na constante que tinha vindo a ser o valor refúgio da imagem da Lusa Atenas ao longo dos séculos, se compreenda que tivesse recaído, sobre a Universidade, a responsabilidade de uma candidatura patrimonial à UNESCO<sup>13</sup>. Em 22 de junho de 2013, o VUE do bem UC-AS era reconhecido, sob os critérios ii, iv e vi, passando a integrar a LPM.

<sup>12</sup> Dias verificava que, desde quinhentos, havia «claramente, a declaração da consciência do valor do Saber e da sua preponderância em relação a todas as coisas. O Saber é o maior tesouro do homem, que pode utilizar para o bem ou para o mal» (Dias, 2010, p. 5).

<sup>13</sup> O processo de candidatura de Coimbra a PM teve início em 1982, podendo ser verificadas três fases: 1) de 1982 a 1998, onde várias áreas da cidade foram equacionadas para candidatura, sendo identificados diversos proponentes, desde Matilde Sousa Franco (em 1982 era a Diretora do Museu Nacional de Machado de Castro) à Câmara Municipal de Coimbra; 2) de 1998 a 2003, uma fase mais introspetiva e preparatória para uma candidatura da Universidade; e 3) de 2003 a 2013, com o desenvolvimento da candidatura da UC-AS à UNESCO, até à sua inscrição na LPM a 22/06/2013. Cf. (Capela & Murtinho, 2015; WHC, 2013).

Tendo em conta a sua definição, a PUH de Coimbra, onde se inseria o bem UC-AS, espacialmente, seria constituída num contexto urbano mais alargado do que aquele pelo qual era imediatamente reconhecida. Esta matriz cultural do território da cidade, condicionante da forma urbana e, ao mesmo tempo, condicionada por ela, podia ser considerada tanto pela sua valência material como pela imaterial (Capela de Campos & Murtinho, 2017a). Ao se equacionar o contexto urbano numa valência material, esta podia ser verificada no espaço físico do bem classificado PM com 117 hectares. Esta área era constituída pela área do bem UC-AS – 35,5 hectares, sendo 29 hectares dessa área na Alta e 6,5 hectares na Sofia – e pela sua zona de proteção com 81,5 hectares (Fig. 2). Além desta área UC-AS PM, também deveria ser considerada para uma valência material, a sua área urbana de influência, que se delimitava pelas linhas de cumeeira envolventes à colina da Universidade, para constituir a plataforma de estudo Alta/Baixa/Santa-Clara. Considerando o seu contexto urbano refletido numa valência imaterial, tal poderia ser verificado através das dinâmicas socioculturais e dos usos que se iam estabelecendo e sendo realizados na valência material dos espaços urbanos, traduzindo para o espaço físico as novas formas de estar e de viver a cidade.



Figura 2. Localização da área UC-AS e da sua zona de proteção, na LPM. Imagem: Hugo Andrade, UC.

Alguns acontecimentos visíveis terão sido determinados durante e pelo processo de candidatura de Coimbra a PM (1982-2013), no contexto urbano definido, por ser um espaço privilegiado para se criar sinergias capazes de correlacionar a dinâmica comunidade-território. A proteção e a salvaguarda de patrimónios ou a reabilitação e a requalificação de equipamentos

e espaços públicos ou áreas urbanas podem ser verificadas, por toda a área afeta à área PM. Mas também podem ser verificadas ações de proteção e salvaguarda, de requalificação e reabilitação em espaços dentro da área urbana de influência e adjacente à área PM, como a zona ribeirinha, frente de rio ou ainda a margem de Santa Clara (Capela de Campos & Murtinho, 2017a).

As transformações, que a cidade vinha absorvendo em cada contemporaneidade, permitiam estabelecer continuidades urbanas de permanência, de atravessamentos e de vivência ao longo dos seus espaços, promovendo o conhecimento para uma compreensão do território, aos seus habitantes, residentes e utilizadores. Aqueles que promoviam, principalmente, o caminhar, o percorrer, o deambular pelo espaço urbano e que, em simultâneo, fortaleciam as suas continuidades, ou seja, *aqueles que participavam na ação da cidade* (Certeau, 1998) iam definindo protocolos de identidade ao longo do espaço, transformando o existente numa *condição de cultura* (Botta, 1996), dinamizando as relações entre o indivíduo, a comunidade e a sociedade com o território. Práticas que, nesse sentido, iam criando uma diversidade de visões individuais, criando e estabelecendo laços comuns, definindo um lugar com singularidade.

Para além de todas as manifestações enunciadas, o campo da arquitetura ensinava, há muito, a necessidade de usar o espaço – para além da questão física, havia ainda a questão dimensional espaço-temporal – para serem estabelecidas as inter-relações necessárias à compreensão do território onde estava inserido o património cultural. No entanto, era por se estabelecerem estas inter-relações entre o indivíduo-comunidade-sociedade com o território, em diversos locais e em diversos momentos, que se permitia ir estabilizando a PUH e salvaguardando a sua integridade e a sua autenticidade, que se assumiam dinâmicas<sup>14</sup> no processo evolutivo da criação de uma identidade do lugar e do seu contexto urbano.

No âmbito do PM estão a ser desenvolvidas e estudadas algumas ferramentas, metodologias e taxonomias, que se pretendem operativas, para a aplicação da abordagem da PUH, na gestão e no planeamento integrado dos recursos patrimoniais e das dinâmicas urbanas, não tanto sobre as transformações que vão sendo realizadas sobre o território, mas sim, sobre a orientação e o enquadramento, em que essas transformações devem ser realizadas. Apesar de cada caso ser único, o processo de candidatura de Coimbra à inscrição na LPM não deixa de ser um laboratório, cujos resultados de experiências e dinâmicas próprias podem ser um contributo válido para futuras candidaturas semelhantes ou, ainda, para se poderem ajustar e melhorar metodologias e práticas utilizadas na gestão integrada de sítios classificados em contexto urbano e em futuras intervenções urbanas. Conforme já foi referido, é sobretudo um investimento na transformação das abordagens e, consequentemente, das metodologias de proteção e salvaguarda do património, do que sobre o património em si e, por isso mesmo, podem ser extensíveis a qualquer contexto urbano.

<sup>14</sup> A propósito do conceito *integridade dinâmica*, cf. (Zancheti & Loretto, 2015).

## Universidade de Coimbra – Alta e Sofia: o sistema de vistas

Em todos os processos de candidatura à LPM, havia entidades externas e conselheiras do Comité do PM, que faziam uma avaliação prévia dessas candidaturas e emitiam os respetivos pareceres, que serão tidos em conta, para o veredito final sobre a inscrição do bem na Lista. No caso de Coimbra, por a UC-AS ser um bem cultural, a entidade avaliadora foi o ICOMOS, que antes de emitir o parecer final, questionou a candidatura sobre determinados aspetos que haviam suscitado algumas dúvidas, aquando a visita dos membros do ICOMOS a Coimbra, para uma Missão de Avaliação Técnica, realizada entre 17 a 23 de setembro de 2012 (ICOMOS, 2013, pp. 198–206).

Como já foi referido a extensão espacial do bem era considerável. No entanto, devido à circunstância topográfica do bem proposto, a dimensão e os limites da área de proteção do bem, bem como, a sua gestão futura foram questionados, por carta. Na segunda carta trocada com a delegação de Portugal na UNESCO, datada de 20/12/2012, por considerar que eram necessários alguns esclarecimentos relativos, precisamente, aos limites da área de proteção do bem proposto, o ICOMOS questionava o Estado-membro se não seria de *reconsiderar expandir esses limites propostos devido à topografia do lugar e, assim, poder incluir todas as áreas que são relacionadas visualmente com o bem, cujo futuro desenvolvimento poderia vir a ter um impacto visual significativo* (ICOMOS – Regina Durighello, 2012).

Um dos propósitos das questões levantadas colocava-se porque, topograficamente, sobretudo na área candidata da Alta, o bem apresentava uma implantação estratégica e privilegiada em relação ao seu contexto urbano. Além desse facto, as experiências dos casos do *Wien-Mitte* (Viena) ou os enquadramentos da Torre de Londres e da catedral de Colónia, ainda não haviam sido apagadas da memória. Tendo em conta a conjuntura dos desenvolvimentos teórico-conceituais dos últimos anos no PM, bem como a evolução das exigências relativas à gestão futura dos bens, desenvolvidas nas *Operational Guidelines*, a preocupação do ICOMOS mostrava-se sobre a possibilidade de qualquer intervenção ou transformação potencial poder ocorrer no contexto urbano do bem candidato mais abrangente e, assim, poder prejudicar a integridade do bem, sobretudo, a visual e, por conseguinte, a integridade da paisagem urbana, da qual fazia parte integrante e, no limite, pelas alterações que poderia impor à imagem da própria cidade.

A Associação RUAS<sup>15</sup> (gestora do bem UC-AS) respondia a todas as questões e dúvidas, de forma justificada, recorrendo aos regulamentos e instrumentos legais em vigor à data, nomeadamente:

<sup>15</sup> A Associação RUAS – Recriar a Universidade, Alta e Sofia foi fundada em janeiro de 2012, pela UC, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC), a Direção Regional de Cultura do Centro, com poder executivo e a SRU Coimbra Viva (Sociedade de Reabilitação Urbana) sem poder executivo, por serem as quatro entidades com poderes e responsabilidades sobre a área candidata e, assim, poder ser feita uma gestão integrada. A Associação RUAS contava com o trabalho de um quadro de técnicos, de áreas como arquitetura, engenharia civil, arqueologia, relações internacionais, administração pública e economia, previstos para os três Gabinetes Técnicos – de Estruturação Urbana (GTEU), de Acompanhamento do Plano (GTAP) e de Informação, Valorização e Salvaguarda (GTIVS), afetos à UC ou à CMC. Além disso, a Associação RUAS contaria com o apoio de um quadro de peritos de várias entidades externas à estrutura de gestão (como do ICOMOS-Portugal, a título de exemplo). Cf. (RUAS – Raimundo M. Silva, 2012, 2013).

1) A Lei nº 107/2001, de 8 de setembro e o Decreto-lei nº 309/2009, de 23 de outubro – que estabeleciam a lei de bases e a sua regulamentação sobre o regime de proteção e valorização do património cultural português;

2) O Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afeta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a Zona de Proteção, publicado por Aviso nº 2129/2012, no Diário da República nº 30/2012, Série II de 10 de fevereiro e que, se encontrava em vigor desde Março de 2012;

3) O Plano Diretor Municipal de Coimbra (PDM), que estaria em fase de revisão, sendo expectável a sua conclusão até ao final de 2013 e a sua publicação em 2014<sup>16</sup>; e,

4) O Plano Estratégico para a Cidade de Coimbra, aprovado pela Câmara Municipal de Coimbra (CMC) e publicado no Edital nº 21/2010, onde elencava os quatro grandes objetivos estratégicos para Coimbra<sup>17</sup>, com a definição das Áreas de Reabilitação Urbana.

Estes quatro instrumentos seriam, de acordo com a resposta da RUAS, suficientes e adequados para garantir a devida proteção e salvaguarda do bem UC-AS, da sua área de proteção e da sua área urbana adjacente<sup>18</sup>. Tal facto era corroborado pelos limites definidos nos vários instrumentos legais em vigor e pela sua gestão concentrada e integrada numa só entidade, a Associação RUAS. Além disso, anexava um estudo, para justificar que a combinação entre a proteção do bem UC-AS, com a proteção prevista no PDM – a definição da zona do Centro Histórico com os seus três graus de proteção – era a adequada e assegurava as preocupações sobre os possíveis impactes visuais que pudessem ser equacionados por qualquer intervenção na área urbana em causa.

Esse estudo baseava-se no sistema de vistas ou tudo aquilo que era visível a partir de vários lugares (*viewshed*), constituído por três elementos essenciais: um observador, um ponto ou lugar de observação e uma área de observação.

A área de observação era determinada com recurso a uma ferramenta de projeto urbano e de arquitetura paisagística – a Zona de Influência Visual (*Zone of Visual Influence* – ZVI), também denominada por Zona de Impacto Visual –, que se caracterizava por considerar a área geográfica que era visível a partir de um determinado ponto, a partir da qual se estabelecia uma bacia visual (*visual bay*), que era a área física, na terra, na água ou no ar, visível pelo olho humano (assumido, geralmente, com 1,65 metros de altura) a partir de determinado ponto ou lugar (LI & IEMA, 2013). Com a aplicação da ZVI verificavam-se as áreas privilegiadas de

<sup>16</sup> Tal como previsto, o PDM era anunciado por Aviso nº 7635/2014, no Diário da República nº 124/2014, Série II de 1 de julho.

<sup>17</sup> Os objetivos estratégicos estipulavam: «A) desenvolvimento integrado dos activos da saúde, numa envolvente empresarial dinâmica; B) densificação económica da região, com empresas integrando um elevado grau de I&D; C) revitalização de Coimbra como destino turístico diferenciado; D) redefinição urbana da Cidade, potenciando os actuais vazios urbanos e privilegiando a centralidade do Rio Mondego» (CMC, 2010, pp. 21–24).

<sup>18</sup> A inscrição da UC-AS na LPM, em 22/06/2013, era publicada no Anúncio nº 14917/2013, no Diário da República nº 236/2013, Série II-B de 5 de dezembro, constituindo-se como mais um instrumento legal de proteção e salvaguarda da área PM.

visualização e percepção, entre um lugar e o seu contexto territorial, permitindo, assim, avaliar e determinar as áreas sujeitas a um maior impacto visual em caso de intervenções urbanas.

Cada bacia visual era definida e registrada segundo as coordenadas do ponto ou lugar de observação, sendo que, para o caso de estudo tenham sido escolhidos os lugares preferenciais de visualização sobre o bem classificado, como o caso de ruas, praças, percursos, eixos viários, miradouros, edifícios e espaços públicos, terraços, varandas ou colinas; mas também seriam identificados os lugares preferenciais de visualização do contexto urbano a partir do bem classificado.

Os procedimentos metodológicos aconteciam por várias etapas. A primeira baseava-se nos levantamentos cartográficos, topográficos e altimétricos do existente em modelação tridimensional, constituindo um Modelo Digital de Superfície (*Digital Surface Model – DSM*) incluindo todos os detalhes existentes à superfície terrestre (volumes construídos e vegetação), onde os dados eram recolhidos com o recurso a um Sistema de Informação Geográfica (*Geographic Information System – GIS*) e tecnologia LiDAR de leitura laser e introduzidos no modelo digital. Na segunda etapa, com o modelo tridimensional estabelecido, eram feitas as leituras de amplitude de visibilidade para vários pontos ou lugares de observação, previamente identificados, ou seja, para cada lugar escolhido era definida uma bacia visual, que determinava o alcance visual territorial desse lugar. Posteriormente, eram feitas análises aos dados recolhidos e, através de sobreposições de resultados, verificavam-se as manchas que, em simultâneo, correspondiam à bacia visual comum e, assim, definir uma maior ou menor amplitude visual entre os vários pontos de visualização, definindo a magnitude da ZVI.

As conclusões do estudo assumiam que a área de maior impacto visual passível de ser prejudicial ao bem UC-AS, correspondia à coincidência de área entre a magnitude da ZVI e os limites definidos pela área de proteção do Centro Histórico, definido no PDM, ficando, desta forma, justificada a não necessidade de expansão dos limites da área de proteção do bem UC-AS.

Todavia, a possibilidade de utilização desta ferramenta de projeto de um modo permanente, pelo menos, nestes contextos urbanos, deveria ser equacionado, tendo em conta as vantagens que apresenta (Capela & Murtinho, 2014).

O sistema de vistas estabelece o princípio do *ver e ser visto* em simultâneo, assumindo a sua valência pública e introduz o conceito de *inter-visibilidade* (Lalana Soto & Santos y Ganges, 2011), em que *a vista sobre o bem* é essencial mas, *a vista a partir do bem*, também é relevante para a sua compreensão e identidade dentro do seu contexto urbano (Fig. 3). A inter-visibilidade acrescenta uma complexificação na abordagem da compreensão e do entendimento do bem, uma vez que, a importância das vistas para além de refletirem princípios de composição visual inerentes à valência material do bem em si, também refletem os valores<sup>19</sup> associados ao bem, mais subjetivos e sujeitos a escolhas e interpretações (Beaudet, 2008).

<sup>19</sup> Relembre-se que o tema geral do congresso científico e Assembleia Geral do ICOMOS, realizado em Florença entre 10 e 14 de novembro de 2014, tinha como título *Heritage and Landscape as Human Values*, sendo que o seu quinto sub-tema abordava, precisamente, *Emerging tools for conservation practice*, onde esta problemática estava a ser debatida. Cf. (Capela & Murtinho, 2014).



Figura 3. Vista sul da Torre da UC. Fotografia: FG+SG, UC.

Todavia, a inter-visibilidade também pode ser a democratização do conhecimento sobre o valor urbano do bem, a partir de espaços com vista sobre o bem classificado, aumentando os olhos que veem e observam<sup>20</sup>. Nesse âmbito, deveriam ser promovidos determinados locais dentro da área pré-estabelecida – neste caso, a plataforma Alta/Baixa/Santa Clara – tendo em conta a magnitude da sua ZVI, de modo a serem identificados lugares de observação relevantes, não só de compreensão do bem UC-AS no seu contexto urbano, como também, de monitorização e de vigilância sobre potenciais transformações da Lusa Atenas. A definição desses lugares deveria ter em consideração todos aqueles que demonstraram ser relevantes para a construção cultural que foi feita sobre o território, ao longo dos séculos, enquanto suporte da sua identidade cultural – a Lusa Atenas –, estabelecendo a *geograficidade* das suas população (Fig. 4). Tais lugares de observação relevantes deveriam ser de acesso público livre, garantindo a continuada realização de ações de observação pela população em geral, potenciando a monitorização e a vigilância das possíveis transformações ocorridas sobre a PUH.

<sup>20</sup> Relembra-se, a propósito, a premissa de Jane Jacobs que defendia que a segurança da cidade depende dos olhos que por ela correm (Jacobs, 1994).





Figura 4. Vista sobre a colina da Lusa Atenas, a partir do Choupalinho. Fotografia: Manuel Ribeiro, UC.

Qualquer análise técnica de monitorização, feita com recurso ao sistema de vistas em fase de projeto, pode proteger o bem e o seu contexto urbano de uma futura intervenção que pusesse em causa o equilíbrio da sua PUH. Esta metodologia de projeto pode ser utilizada como uma forma preventiva de proteção e salvaguarda do património, permitindo ser uma ferramenta operativa na gestão e manutenção dos bens classificados e do seu território de influência, mas também, na sustentabilidade do seu desenvolvimento expectável.

## Considerações finais

Este trabalho centrou-se sobre a abordagem da PUH, no âmbito da gestão de bens inscritos na LPM, permitindo que fosse possível pensar sobre os recursos do território de um modo integrado ao nível do seu planeamento e da sua gestão sustentável.

Num primeiro momento, considerou-se a noção da PUH, que vem sendo abordada e desenvolvida ao longo das discussões e textos promovidos no âmbito do PM, pese embora, só com a discussão do caso de Viena, em 2005, se tenha assumido teórica e concetualmente; e, depois, com a Recomendação sobre a PUH, de 2011 da UNESCO, onde seria promovida uma abordagem multidisciplinar da gestão dos recursos urbanos, assente no património, sobre uma plataforma de conjugação de vários *layers* multifuncionais.

A promoção da continuidade espacial urbana e a incorporação das transformações necessárias para responder às novas exigências de uma vida contemporânea deviam ser assumidas sem prejuízo de perturbar o equilíbrio da PUH da cidade. Desta forma, no exercício de desenho da cidade, devem ser contemplados vários *layers*, que a abordagem da PUH permite correlacionar. Por um lado, pela continuidade do espaço, que pode ir desfazendo as barreiras e as fronteiras urbanas, que ainda subsistem no território, que deve ser equacionado pela gestão e pelo planeamento do espaço urbano. Por outro lado, pela garantia de que as manifestações e representações sociais, bem como, os novos modos de vida e de consumo da sociedade contemporânea possam ser estabelecidos e incorporados nas relações sociedade-território, por ações de conhecimento, compreensão, apropriação, uso e pertença.

De certa forma, como foi referido, a grande mais-valia que a PUH introduz na abordagem da gestão e do planeamento do património em contexto urbano é a promoção para uma integridade dinâmica e considerar, em simultâneo, o binómio relações-ações verificadas entre a população e o território. Assim, numa lógica de promover o desenvolvimento integrado e sustentável do contexto urbano, assume esses novos modos de vida da sociedade contemporânea como parte da dinâmica da complexidade que os espaços urbanos enfrentam hoje. Talvez por haver essa interação dinâmica e abrangente entre os vários *layers* multifuncionais da PUH (quer os materiais, quer os imateriais) possa ser considerado que a sua abordagem se arrisque a ser extrapolada para outros contextos patrimoniais que não os do PM ou, até mesmo, poder ser considerada para todos os contextos urbanos independentemente da sua classificação patrimonial.

Num segundo momento considerou-se o caso da candidatura da UC-AS para inscrição na LPM, o que aconteceu em 22 de junho de 2013 e contemporâneo ao processo de definição da PUH, como um laboratório de experiências privilegiado em acontecimentos relevantes para o tema, nomeadamente, pela intervenção e reabilitação de espaços e edifícios na sua área de influência urbana, potenciados pela candidatura e pelo título PM alcançado.

Topograficamente, o bem classificado UC-AS tem uma localização privilegiada sobre o seu contexto urbano. E tal foi considerado essencial para a criação da sua identidade ao longo dos séculos, associada a um epíteto cuja noção remonta à estabilização da Universidade na cidade – a Lusa Atenas, constituindo-se a matriz cultural do território da cidade. Por ser um espaço de reconhecimento identitário e com uma forte valência cultural, não só pela vertente material, mas também pela vertente imaterial, está sujeito a todas as pressões especulativas e de globalização, que são coincidentes aos centros urbanos, sobretudo, europeus com as mesmas características.

Por esta conjuntura, a PUH pode contribuir para a transformação das abordagens que se entendem prejudiciais ao contexto urbano onde o bem está inserido e, conseqüentemente, questionar as metodologias de proteção e salvaguarda do património, neste caso

PM, tendo em conta a sua gestão sustentável para o futuro. Mais do que pensar sobre o património em si próprio, a PUH pensa a sua abordagem e a sua integração nos novos modos de vida e de consumo da sociedade contemporânea e, por isso, a pertinência da sua aplicação poder ser extensível a qualquer contexto urbano.

Desse ponto de vista, tornam-se importantes os procedimentos e metodologias, desde a análise, a avaliação e a monitorização dos processos de intervenção urbana, para uma gestão integrada e cada vez mais eficaz das áreas patrimoniais em contexto urbano. O PM tem promovido debates internacionais no sentido de serem desenvolvidos instrumentos, ferramentas e metodologias capazes de serem adaptáveis às necessidades de cada caso.

Para finalizar, este trabalho sublinha uma proposta baseada no sistema de vistas, uma ferramenta de projeto urbano e da arquitetura paisagística, cuja utilização em contexto urbano com forte ímpeto cultural, assente no património construído, pode resultar numa possibilidade de auxílio à gestão e planeamento do bem classificado e da sua área de influência, tendo em conta as vantagens que foram equacionadas.

O sistema de vistas pode vir a contribuir para que esta abordagem da PUH sobre o património em contexto urbano, que ainda está a dar os seus primeiros passos, possa ser uma das mais operativas para a gestão do património em espaço urbano.

Pela sua abrangência, o sistema de vistas pode constituir-se como uma ferramenta preventiva sobre potenciais intervenções que causem prejuízo sobre o sistema urbano onde o bem classificado está inserido e que, geralmente, é mais vulnerável a essas situações. Simultaneamente, o sistema de vistas pode contribuir para uma maior variação das ações de observação do bem classificado, potenciando, por um lado o seu conhecimento e entendimento e, por outro, a monitorização e vigilância sobre a sua PUH. Portanto, equacionar lugares que possam ser dinamizados para a observação do bem PM e da sua área urbana de influência, pode ser um ativo no auxílio de uma gestão integrada e integrante do bem para o futuro, assim como, integrar as vistas, os eixos visuais e os pontos ou lugares de reconhecimento desses espaços e dos marcos territoriais urbanos nas dinâmicas da gestão e da manutenção do bem, é um contributo importante para proteger e salvaguardar o sistema urbano na sua totalidade.

É por todas estas novas perspetivas centradas na maior qualidade de vida das populações, que no futuro, no campo da gestão do património seja expectável que haja mais desenvolvimento ao nível de uma transformação de pensamento e de consciência sobre as dinâmicas e sinergias criadas pelos processos patrimoniais, que promova, conseqüentemente, uma transformação nas abordagens e nas metodologias de proteção e salvaguarda do património, do que propriamente sobre o património em si.

## Referências

- Bandarin, F., & Oers, R. van. (2012). *The historic urban landscape: managing heritage in an urban century*. Chichester, West Sussex, UK ; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.
- Beaudet, G. (2008). La mise en application de l'approche typo-morphologique protège-t-elle les perspectives visuelles importantes?/Does the application of a typo-morphological approach protect important views? In C. Cameron & C. Boucher (Eds.), *Le Patrimoine Mondial: Définir et protéger les «perspectives visuelles importantes»/ World Heritage: Defining and protecting «Important Views»* (pp. 67–75). Montréal, Canada: Université de Montréal.
- Berque, A. (1998). Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In R. L. Corrêa & Z. Rosendahl (Eds.), *Paisagem, tempo e cultura* (pp. 84–91). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Câmara Municipal de Coimbra (Ed.). (2010). *Plano Estratégico de Coimbra. Documento base, 2 de Setembro de 2009*. In <https://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros/urbanismo/p-e-p-u/pepu-fevereiro-2010/2922-documento-base/file>
- Cameron, C. (2008). Comment le Comité du patrimoine mondial aborde-t-il la définition et la protection des «perspectives visuelles importantes»?/ How the World Heritage Committee deals with defining and protecting “important views? Em C. Cameron & C. Boucher (Eds.), *Le Patrimoine Mondial: Définir et protéger les «perspectives visuelles importantes»/ World Heritage: Defining and protecting «Important Views»* (pp. 22–31). Montréal, Canada: Université de Montréal.
- Capela de Campos, J. (2017). A Paisagem Urbana Histórica como valor de projeto urbano. In P. Fidalgo (Ed.), *Estudos de Paisagem*. (Vol. III, pp. 67–68). Lisboa: IHC-FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017a). O passado em permanente construção. O património em transformação. O caso da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia Património Mundial. In *Cadernos de Geografia*, (36). No prelo.
- Capela de Campos, J., & Murtinho, V. (2017b). Património Mundial: democracia e diversidade. In *Estudos do Século XX*, (17), 145–161. [https://doi.org/https://doi.org/10.14195/1647-8622\\_17\\_8](https://doi.org/https://doi.org/10.14195/1647-8622_17_8)
- Capela, J., & Murtinho, V. (2014). A World Heritage Application as an opportunity for urban intervention: the case of Coimbra. In *18th ICOMOS General Assembly and Scientific Symposium «Heritage and Landscape as Human Values»: Theme 5 - Emerging tools for conservation practice, 10-14 november*, Florença, Itália.
- Capela, J., & Murtinho, V. (2015). The dual logic of heritage in the field of architecture. In *Segundo Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial* (pp. 124–145). Menorca: Universidad Complutense de Madrid.
- Certeau, M. de. (1998). *A Invenção do cotidiano: artes de fazer* (3ª). Petropolis: Editora Vozes.
- Conzen, M. R. G. (2004). *Thinking about Urban Form. Papers on Urban Morphology, 1932–1998*. (M. P. Conzen, Ed.). Berna: Peter Lang.
- Corboz, A. (1983). Le territoire comme palimpseste. In *Diogenes*, 31(121), 12–34. <https://doi.org/http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/039219218303112102>
- Corner, J. (2002a). Origins of Theory (1990). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader*. (pp. 19–20). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

- Corner, J. (2002b). Theory in crisis (1991). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader*. (pp. 20–21). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Corrêa, R. L. (2013). O urbano e a cultura: alguns estudos. In Z. Rosendahl & R. L. Corrêa (Eds.), *Geografia cultural uma antologia*. (Vol. II, pp. 57–69). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Cosgrove, D. E. (1998). *Social formation and symbolic landscape*. Madison, Wis: University of Wisconsin Press.
- Cosgrove, D. E. (2002). Landscape as cultural product (1984). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader*. (pp. 165–166). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Dias, P. (2010). *Coimbra. A cidade do conhecimento e do mito da Lusa-Atenas*. Coimbra: CC-Turismo de Coimbra, EM.
- Doxiadis, C. A. (1965). *Arquitetura em transição*. Coimbra: A. Amado Editor sucessor.
- ICOMOS. (2013). *2013 Evaluations of nominations of cultural and mixed properties to the World Heritage List*. (ICOMOS Report for the World Heritage Committee: 37th ordinary session, Phnom Penh, June 2013 No. WHC-13/37.COM/INF.8B1). Paris: ICOMOS.
- ICOMOS – Regina Durighello. (2012, Dezembro 20). *GB/MA 1387: World Heritage List 2013. University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal) – Additional information (II)*.
- Jacobs, J. (1994). *The death and life of great american cities*. London: Penguin Books.
- Jokilehto, J. (2010). Notes on the definition and safeguarding of Historic Urban Landscape. In *City & Time*, 4(3), 41–51.
- Lalana Soto, J. L., & Santos y Ganges, L. (2011). El problema de las vistas relevantes en la conservación del patrimonio urbano. In *VIII Congresso Ibérico de Urbanismo «A mudança do ciclo: um novo urbanismo»*, 27-29 outubro 2011, Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Landscape Institute, & Institute of Environmental Management and Assessment (Eds.). (2013). *Guidelines for landscape and visual impact assessment* (Third edition). London ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Le Bossé, M. (2013). As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In Z. Rosendahl & R. L. Corrêa (Eds.), *Geografia cultural uma antologia* (Vol. II, pp. 221–232). Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Lynch, K. (1989). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Macedo, M. (2006). A conquista do terceiro espaço Uma abordagem ao ensanche oitocentista de Coimbra. In *Monumentos 25 – Dossier Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa*, (25), 122–129.
- Meyer, E. (2002). Situating modern landscape architecture (1992). In S. R. Swaffield (Ed.), *Theory in landscape architecture: a reader*. (pp. 21–31). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Oers, R. van, & Roders, A. P. (2012). Historic cities as model of sustainability. In *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 2(1), 4–14. <https://doi.org/10.1108/20441261211223298>
- Relph, E. (2008). *Place and placelessness*. (1976 reprinted). London: Pion.
- Rossa, W. (2001). *Diver(sc)idade urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da universidade*. (doutoramento). Darq, FCTUC, Coimbra.
- Rössler, M. (2015). The landscape approach – a global context for sustainability. In M.-T. Albert (Ed.), *Perceptions of Sustainability in Heritage Studies* (Vol. 4, pp. 59–69). Berlin: Walter de Gruyter.

- RUAS – Raimundo M. Silva. (2012, Outubro 18). *University of Coimbra – Alta and Sofia, World Heritage Nomination. Additional Information (requested by ICOMOS). October 2012.*
- RUAS – Raimundo M. Silva. (2013, Fevereiro 25). *University of Coimbra – Alta and Sofia (Portugal) World Heritage List 2013. Additional Information (II) requested by ICOMOS. February 2013.*
- Sonkoly, G. (2011). Historic Urban Landscape – A Conceptual Analysis. In International Conference of the Department of Urban Planning and Design and the Foundation for Urban Architecture, Budapest University of Technology and Economics, & Department of Urban Planning and Design (Eds.), *Urban renewal: essays on urban design = Városmegújítás : városépítészeti tanulmányok* (pp. 92–101). Budapest: BME Urbanisztika Tanszék.
- Sonkoly, G. (2012, Dezembro). The meanings of Historic Urban Landscape. In *Perspectives – Journal Réseau Français des Instituts d'Études Avancées*, (8), 20–21.
- Swaffield, S. R. (Ed.). (2002). *Theory in landscape architecture: a reader*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- UNESCO. (2009). *Executive Board Document 181 EX/29, April 2009*. UNESCO.
- UNESCO. (2011, Outubro 11). *Resolution 15 – Records of the General Conference 36th session*. UNESCO.
- Veldpauw, L. (2015). *Historic Urban Landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology.
- World Heritage Committee. (1994, Outubro 13). *WHC-94/CONF003/INF.6: Expert Meeting on the «Global Strategy» and thematic studies for a representative World Heritage List (UNESCO Headquarters, 20-22 June 1994)*.
- World Heritage Committee. (2005, Setembro 23). *WHC-05/15.GA/INF.7: Vienna Memorandum*.
- World Heritage Committee. (2013, Maio 7). *WHC-13/37.COM/20: Decisions adopted by the World Heritage Committee at its 37th session (Phnom Penh, 2013)*. UNESCO-WHC.
- Zancheti, S. M., & Loretto, R. P. (2015). Dynamic integrity: a concept to historic urban landscape. In *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 5(1), 82–94. <https://doi.org/https://doi.org/10.1108/JCHMSD-03-2014-0009>